



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 3/2023 - Plenário - 20/04/2023 das 18:00h às 23:00h

Decisão: 165/2023

Referência: 2612708/2020 - Auto: 45217/2020

Interessado: S. E. D. B. L

EMENTA: PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO Nº: 45217 / 2020 AUTUADO: SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA ASSUNTO: INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66 (FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA)

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 20 de abril de 2023, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Gilmara Alencar Perêa, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Sakura Exhaust Do Brasil Ltda, Considerando o que prevê também a Lei Federal nº 5.194/66, em suas disposições a seguir: "Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais . . "Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico." "Art. 60 - Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados." Considerando, ainda, o que estabelece a Lei nº. 6.839/80, a qual "dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissões", que legisla: "Art. 1º - O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Considerando o fato gerador acima descrito, caracterizado como "FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA" uma vez verificada contendo em seus Objetivos Sociais serviços inerentes ao Sistema Confea/Crea: "30.91-1-02 - Fabricação de peças e acessórios para motocicletas.", conforme detectado pelo setor de fiscalização, por meio do Relatório de Fiscalização nº 45217/2020. Considerando, ademais, que a referida pessoa jurídica fora fiscalizada, com objetivos sociais afetos ao sistema Confea/Crea, constituída desde 2008, sem possuir registro neste crea-am, em atividade (INDÚSTRIA MECÂNICA) no município de Manaus/AM, conforme Licença de Operação (LO) n.134/17-01, emitida pelo IPAAM, em 29.7.2019. Considerando que a regularização requerida pelo Crea-AM consiste na exigência do registro da referida empresa neste conselho regional, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. Considerando a Defesa (recurso) apresentada, protocolada neste CREA-AM sob o nº 2614597/2020, no dia 2/10/2020, onde o(a) autuado(a) alega, em síntese, que: "(...)É notório que, desde o início de suas operações, em 2008, a SAKURA sempre prezou pelo cumprimento das normas vigentes, providenciando as regularizações necessárias e que garantam a aptidão, sem ressalvas, da prestação de seus serviços. Tal proceder pode ser, inclusive, ratificado, pelo fato de a empresa não possui qualquer antecedente de irregularidade frente ao CREA/AM, assim, foi com bastante surpresa que a SAKURA recebeu o presente Auto de Infração, em especial, diante do motivador para lavratura de tal. Explica-se. Este órgão entendeu como providência necessária: GIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CREA/AM Rua Costa Azevedo, nº. 174, Centro - CEP: 69010-230 - Manaus/AM Telefone: (92) 21257171 Site: www.crea-am.org.br "EFETUAR REGISTRO DA EMPRESA NESTE CREA/AM, BEM COMO INDICAR PROFISSIONAL DE ENGENHARIA REGISTRADO E HABILITADO PARA RESPONSABILIZAR-SE PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DA EMPRESA" Ocorre que a atividade desempenhada pela SAKURA não preenche os requisitos necessários capazes de justificar a inscrição neste órgão de classe, conforme será mais detalhado a seguir. Inicialmente, é importante salientar que a atividade fim da SAKURA é a fabricação de partes, peças, conjuntos, sub-conjuntos competentes e acessórios metálicos para motocicletas, motonetas e ciclomotores. Neste sentido, observe o registro no Cartão CNPJ da SAKURA: (...) Assim, como pode ser observado, as atividades desempenhadas pela SAKURA não demandam profissional registrado no órgão de classe, ao contrário do concluído pelo CREA/AM. Frise-se: a empresa SAKURA tem como principal atividade econômica o CNAE: 30.91-1-02 - Fabricação de peças e acessórios para motocicletas. Pois bem. Considerando o fato de que a SAKURA atua no ramo de indústria metalúrgica com atividade química em tratamento químico de superfícies metálicas, a empresa registro válido no Conselho Regional de Química (CRQ/AM), Certificado de Registro n.º 141101388, de acordo com a Lei n.º 2.800/1956. Ademais, observa-se também que a ora Manifestante possui Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada sob n.º 338/2020, com validade até 31 de março de 2021, em que o Conselho Regional de Química reconhece: (...) Ou seja, nota-se que a SAKURA cumpre a regulamentação vigente sim e possui registro no órgão de classe que guarda relação direta com a atividade fim executada pela mesma. Logo, a exigência apontada como fundamento para a lavratura do Auto de Infração pelo CREA/AM não possui qualquer razão de subsistir na medida em que se reveste de exigência arbitrária, desarrazoada e que não guarda qualquer procedência já que



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

inexiste fato gerador que legitime o registro da SAKURA em outro órgão de classe, quiçá, no CREA/AM. Neste ponto, cabe destacar o contexto regulatório a respeito do tema. O Art 1º da Lei nº 6.839/1980 prevê que, para inscrição da pessoa jurídica em entidade fiscalizadora do exercício de profissão é necessário que a atividade-fim desenvolvida seja privativa de determinada especialidade profissional: "Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Com efeito, as etapas que compõem o processo produtivo para execução da atividade fim da SAKURA, qual seja, a fabricação de peças e acessórios para motocicletas, de fato, não demandam a inscrição no órgão de classe, qual seja, o CREA/AM. A obrigatoriedade de registro em órgão de classe existe e a regra é observada pela SAKURA na medida em que existe registro válido no CRQ/AM, seja da empresa, seja do químico responsável, na pessoa da profissional a Sra. Luciana da Silva Reis, CRQ 14ª Região, n.º 14100899. Logo, por qualquer ângulo que se analise a presente questão outra conclusão não há senão de que inexiste qualquer irregularidade cometida pela SAKURA, seja porque não há obrigatoriedade de registro no CREA/AM considerando que o binômio "fato gerador x obrigação legal" não se faz presente, especialmente porque a compulsoriedade de registro em órgão de classe, tendo em vista a atividade desempenhada, é estritamente observada pela empresa e formalizada por meio de registro válido na entidade de classe competente, qual seja, o CRQ/AM. Com efeito, como não poderia ser diferente, a fabricação de peças e acessórios para motocicletas não está prevista como atividades privativas do Engenheiro, de acordo com o previsto no Art. 7º, da Lei nº 5.194/1966, a saber: "Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária. Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões." Portanto, sob qualquer viés que se aprecie o caso em tela, em especial sob o aspecto operacional, tendo em vista as atividades essencialmente executadas pela SAKURA, outra conclusão não há senão a de que inexiste obrigatoriedade de registro desta empresa no órgão de classe - CREA/AM, diante da ausência de nexo causal entre a atividade fim desta empresa e o rol taxativo emanado pelo CREA/AM. E, além disto, o registro no CRQ-AM se reveste de providência suficiente e capaz de suprir qualquer eventual necessidade de registro em órgão de classe competente considerando efetivamente o objeto de prestação de serviços desta empresa. Observa-se que o entendimento consolidado ratifica as considerações ora feitas no sentido de que não há obrigatoriedade de registro desta empresa, enquanto Pessoa Jurídica, no CREA/AM, diante da atividade fim executada. A saber: "ADMINISTRATIVO - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA/MS - INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE CLASSE - BANCO - ATIVIDADE BÁSICA FINANCEIRA - NÃO OBRIGATORIEDADE - ENUNCIADO 7 DA SÚMULA/STJ. 1. É entendimento pacificado do STJ de que o critério a ser utilizado para a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais é a atividade básica da empresa ou a natureza dos serviços por ela prestados. 2. O Tribunal de origem decidiu que "A atividade básica do apelado é de natureza financeira, por se tratar de banco comercial, razão pela qual a sua fiscalização insere-se no âmbito da competência do Banco Central do Brasil, ainda que, em sua carteira de créditos, existam linhas de financiamento à atividade agrícola ou rural que, de qualquer sorte, são igualmente abrangidas pelo poder de polícia da autarquia federal - BACEN". 3. Diante de tal assertiva, observa-se que a atividade básica do recorrido é financeira, e o fato de possuir carteira de crédito agrícola não descaracteriza essa atividade precípua, que não é peculiar à agronomia. Não sendo a atividade básica da empresa afeta à engenharia, arquitetura e agronomia, embora possa utilizar-se dos serviços de profissional dessa área para o assessoramento quanto à carteira de crédito agrícola da instituição financeira, não é obrigado o ora recorrido a efetuar inscrição no CREA/MS. 4. Ademais, para modificar tal entendimento, como requer o recorrente, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado, o que demandaria incursão no contexto fático-probatório dos autos, defeso em sede de recurso especial, nos termos do enunciado 7 da Súmula desta Corte de Justiça. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 723553 MS 2005/0021160-4, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 04/12/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 18/12/2008)" "ADMINISTRATIVO. CREA. FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS. ATIVIDADES SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DO CRQ. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA. 1. Nos termos do art. 1º da Lei n.º 6.839/80, é a atividade básica da pessoa jurídica o critério a ser considerado quanto à necessidade de se fazer o registro no Conselho competente. 2. As atividades de indústria de tratamento de superfície e atividade no processo de formulação, fabricação e comercialização de produto químicos estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA. (TRF-4 - AC: 50069847320184047100 RS 5006984-73.2018.4.04.7100. Relator: LUÍS ALBERTO. Data de Julgamento: 27/02/2010. QUARTA TURMA)" "PROCESSUAL CIVIL. CONSELHOS PROFISSIONAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO. DESISTÊNCIA INEXISTENTE. INEXATIDÃO MATERIAL CORRIGIDA DE OFÍCIO. PRODUÇÃO DE METANOL E OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS. EMPRESA JÁ REGISTRADA NO CONSELHO DE QUÍMICA. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (...). 2. Nos termos do art. 1º da Lei n.º 6.839/80, "o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

terceiros. 3. Caso em que "a atividade básica desenvolvida pela embargante é a produção, comercialização, importação e exportação de metanol e de outros produtos químicos, sendo que está comprovado nos autos o registro da empresa no Conselho de Química. 4. Tal atividade básica, ainda que demande atuação de engenheiros químicos, é mais própria da área da química, consoante o art. 20, §§1º e 2º, alínea "b", da Lei n.º 2.800/56, que normativamente (lei em sentido formal) se sobrepõe à Resolução/CONFEA n.º 218/1973. 5. Correta a sentença ao reconhecer que a embargante não estava obrigada a manter registro no CREA, especialmente por já manter registro junto no Conselho de Química. 6. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00184819320074013300. Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA. Data de Julgamento: 22/07/2019, OITAVA TURMA. Data de Publicação: 02/08/2019)" Portanto, é notório o entendimento pacífico quanto à inexigibilidade de inscrição no sistema CONFEA/CREA, seja porque a atividade exercida, ainda que demande atuação de engenheiros químicos, é mais própria da área da química, consoante o Art. 20, §§1º e 2º, alínea "b", da Lei n.º 2.800/56, que normativamente se sobrepõe à Resolução/CONFEA n.º 218/1973, seja diante do fato de que a atividade fim exercida pela SAKURA não preenche os requisitos do rol taxativo do Art. 7º da Lei nº 5.194/1966, porque tal norma não tem o condão de impor a sobredita obrigatoriedade à SAKURA, pelo fato de seu objeto social compreender "Fabricação de peças e acessórios para motocicletas". Desta maneira, também sob este aspecto não se vislumbram razões capazes de legitimar a obrigatoriedade de registro da empresa no CREA/AM, muito menos, há fundamentos que justifiquem o prosseguimento deste feito, devendo o referido Auto de Infração ser arquivado, sem imposição de qualquer penalidade à ora Manifestante. Nas etapas do processo produtivo para execução da atividade fim da SAKURA, qual seja, a fabricação de peças e acessórios para motocicletas, de fato, não demandam a inscrição no órgão de classe, qual seja, o CREA-AM. Além disto, a obrigatoriedade de registro em órgão de classe existe e a regra é observada pela SAKURA na medida em que existe registro válido no CRQ/AM. O registro no CRQ/AM se mostra providência suficiente considerando a atividade exercida pela SAKURA, bem como inexistente fato gerador que legitime registro em outro órgão de classe. Com isto, repita-se, a atividade fim desta empresa, qual seja, "fabricação de peças e acessórios para motocicletas" não caracteriza pressuposto que resulte na obrigatoriedade de inscrição da empresa no referido órgão de classe - CREA/AM, seja diante da análise do impacto regulatório existente, seja conforme entendimento jurisprudencial aplicável ao caso em tela (...). Considerando, por fim, que o(a) autuado(a) solicita que o Auto de Infração seja desconsiderado, pelo fato de inexistir razões que legitimem o prosseguimento do feito diante da ausência de qualquer irregularidade cometida pela ora Manifestante, resultando no arquivamento do processo sem aplicação de qualquer penalidade em face da SAKURA. Considerando que houve manifestação por parte do(a) autuado(a), e que este(a) apresentou seus argumentos a despeito da referida autuação, passamos a contrapor as razões apresentadas. A despeito de o(a) autuado(a) alegar em sua defesa, que não presta serviços relacionados e/ou privativos à atividade de engenharia que exijam o registro no CREA/AM, portanto as atividades da empresa só serão objeto de fiscalização por parte do CREA quando caracterizarem atividade-fim prestada aos destinatários do serviço, a empresa possui em seus objetivos sociais atividades inerentes ao Sistema Confea/Crea, inclusive sua atividade básica (30.91-1-02 - Fabricação de peças e acessórios para motocicletas). Portanto, fica esta obrigada a requerer o seu registro junto ao CREA/AM e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados, conforme a Resolução nº 1.121/2019 do Confea, em suas disposições a seguir: "Art. 3º O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. (...) Art. 5º As pessoas jurídicas de direito privado que se organizem para executar obras ou serviços que envolvam o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Creas, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico." Considerando que não procedem, portanto, as alegações constantes do recurso apresentado, visto que resta claro nos autos, fato este inclusive reconhecido pela interessada (de acordo com as informações contidas em seu comprovante de inscrição e de situação cadastral - RF), que a empresa exerce serviços técnicos de profissionais legalmente habilitados, o que caracteriza, inequivocamente, a conduta infratora, ou seja, a legislação é nítida neste aspecto, quando em suas disposições deixa claro que o simples fato de iniciar suas atividades (proceder o arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes) torna-se necessário o registro neste conselho, ou seja, o fato gerador da infração se dá no momento em que ocorre a constituição da empresa e não na sua efetiva prestação de serviços ou produção/fabricação. Considerando que as atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica contidas em seu objeto social são inerentes às profissões fiscalizadas pelo sistema Confea/Crea, portanto, só poderá iniciar suas atividades depois de promover o competente registro neste Conselho Regional, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme exigência legal supracitada. Considerando que, com o objetivo de restar comprovado que a empresa autuada exerce atividades inerentes às profissões fiscalizadas pelo sistema Confea/Crea, a equipe de fiscalização deste regional esteve in loco na sede da pessoa jurídica SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA, onde constatou que a empresa está em plena produção, exercendo atividades de engenharia, na linha de fabricação de peças e acessórios para motocicletas (YAMAHA), conforme Relatório de Fiscalização n.º 55161 / 2022, datado de 18.8.2022. Considerando as disposições da Resolução Nº 417, de 27 de março de 1998, cuja qual dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos artigos 59 e 60 da Lei N.º 5.194/66, estabelece em seu Art. 1º que: "Art. 1º- Para efeito de registro nos Conselhos Regionais, consideram-se enquadradas nos Artigos 59 e 60 da Lei n.º 5.194, de 24 DEZ 1966, as empresas industriais a seguir relacionadas: (.....) 11 - INDÚSTRIA METALÚRGICA 11.00 - Indústria siderúrgica. 11.01 - Indústria metalúrgica dos materiais não ferrosos. 11.02 - Indústria metalúrgica do pó e granalha. 11.03 - Indústria de fabricação de estruturas metálicas e de ferragens eletrotécnicas. 11.04 - Indústria de fabricação de artefatos de trefilados de ferro, aço e metais não-ferrosos. 11.05 - Indústria de estamparia, funilaria e embalagens metálicas. 11.06 - Indústria de fabricação de tanques, reservatórios,



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

recipientes metálicos, artigos de caldeirarias, serralheria, peças e acessórios. 11.07 - Indústria de fabricação de ferramentas manuais de artefatos de cutelaria e de metal para escritório e para usos pessoal e doméstico. 11.08 - Indústria de tratamento térmico e químico de metais e serviços de galvanotécnica. 11.09 - Indústria de beneficiamento de sucata metálica. 12 - INDÚSTRIA MECÂNICA 12.01 - Indústria de fabricação de caldeiras geradoras de vapor, máquinas, motrizes não elétricas, equipamentos de transmissão para fins industriais, caldeiraria pesada, peças e acessórios. 12.02 - Indústria de fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos, peças e acessórios. 12.06 - Indústria de fabricação de cronômetros e relógios, peças e acessórios. (.....)" Considerando, portanto, que conforme se depreende das disposições da resolução acima citada, não há que se falar em inexistência da obrigatoriedade de registro da empresa no órgão de classe - CREA/AM, diante da ausência de nexos causal entre a atividade fim desta empresa e o rol taxativo emanado pelo CREA/AM, pois resta claro, sem margem para outras interpretações, que as atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica contidas em seu objeto social são inerentes às profissões fiscalizadas pelo sistema Confea/Crea. Com efeito, o registro no Conselho Regional de Química - CRQ-AM não afasta a necessidade do registro neste Regional, tendo em vista que a atividade desenvolvida pela referida empresa, necessita, além de um ENGENHEIRO QUÍMICO, a presença, indubitável, de um profissional da MODALIDADE MECÂNICA E METALÚRGICA, seja ele um ENGENHEIRO MECÂNICO, METALURGISTA ou de PRODUÇÃO. Considerando por fim, que houve a manifestação por parte do(a) autuado(a), no entanto, até o presente momento, esta não efetuou a regularização do feito, ou seja, não efetuou o registro da referida empresa junto ao CREAAM, conforme legislação acima mencionada. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 45217/2020, lavrado em desfavor da pessoa jurídica SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA, cuja infração refere-se a "FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA", com o pagamento da penalidade aplicada no Auto de Infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador. Decisão proferida na 565ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Anderson De Medeiros (suplente), Andre Luiz Alencar De Mendonca (suplente), Antonio Joaquim Do Espirito Santo Oliveira, Claudionildo Teles Batalha, David Cardoso Dos Santos, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Gilmara Alencar Perêa, Ingo Daniel Wahnfried (suplente), Jackson Pantoja Lima, Jose Afonso Da Silva Arias, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 20 de abril de 2023.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário